problemas éticos no desenvolvimento de uma tecnologia para a mudança de atitudes

BERNARD MAUSNER,

Beaver College[1]

A afirmação geral de que qualquer ser humano deva preocupar-se com a natureza ética de seus atos aplica-se aos psicólogos bem como a outros membros quaisquer da sociedade. Mas o psicólogo, como psicólogo, tem uma responsabilidade especial, visto que sua formação põe a seu dispor técnicas de que não disporão fàcilmente outras pessoas. Existe certa analogia entre os problemas éticos do psicólogo e os da profissão médica. Muitos processos médicos, como a utilização de antibióticos ou de narcóticos, podem ser aprendidos por qualquer pessoa, desde que tenha capacidade intelectual suficiente; suas aplicações não dependem de talento especial. Mas a sociedade só permite aos médicos a utilização dêsses métodos. Além

Este trabalho foi apresentado ao Simpósio sôbre Mudança de Atitudes, patrocinado pela SPISSI na Reunião Anual da APA, realizada em 1963, em Filadelfia. Seu preparo tornou-se possível pela doações MZ116 e CD 00039 do "National Institutes of Health". O autor agradece ao Dr. Sui-Chih Huang seus comentários críticos.

1) Reproduzido do "Boletim da Associação Internacional de Psicologia Aplicada", 1966, n.º 1, Tradução de Henrique Baez, Psicólogo do ISOP.

disso, estabelece regras éticas especiais para os médicos, que têm permissão para utilizá-los.

Os psicólogos clínicos e industriais têm se deparado de há muito, com problemas éticos semelhantes aos dos médicos. O aumento de registros profissionais, bem como o estabelecimento de princípios éticos por associações profissionais resultam dêsses problemas. Apenas mais recentemente, porém, é que tem começado a surgir problemas ligados a uma tecnologia de persuasão como se pode constatar pelo mêdo de "lavagens cerebrais" e "persuasores ocultos". Essa tecnologia permitiria a qualquer pessoa com formação adequada fazer coisas anteriormente possíveis sòmente ao demagogo talentoso, ao grande líder ou ao professor excepcional. Se a habilidade persuasiva do líder natural pode ser posta em prática por qualquer pessoa, através do uso de técnicas fàcilmente aprendidas, então a sociedade deve limitar seu uso a profissionais com formação adequada, desenvolvendo regras éticas sôbre a utilização delas. Os psicólogos, em grande parte os responsáveis pelas investigações que levaram ao desenvolvimento dessa tecnologia, devem preocupar-se com o estabelecimento de tais regras.

Ao menos duas condições são necessárias para a criação de códigos éticos. A primeira é a especificação de critérios para atos éticos e não-éticos. Sem êstes é impossível codificar atos segundo padrões éticos. A segunda medida é a aplicação dêsses critérios a casos específicos.

Há muitos anos que os setores da psicologia aplicada norte-americana têm lutado para a especificação de códigos éticos. Os resultados dêsses esforços podem ser úteis a todo o mundo, especialmente para os países cuja experiência com o desenvolvimento de regras de conduta profissional tenha sido menor que a dos Estados Unidos. Os métodos que a "American Psychological Association" utilizou para estabelecer seus códigos éticos (APA, 1952, 1959, 1963) foram puramente indutivos: os psicólogos foram solicitados a apresentar exemplos de ditames éticos e quais as resoluções tomadas. O resultado foi um excelente *vade-mecum* para o psicólogo clínico e industrial, bem como para o professor e pesquisador, podendo inclusive servir de modêlo para aplicações internacionais.

Mas, mesmo assim, não foi abordada a questão fundamental dos critérios para um ato ético. O consenso pragmático foi útil

na diferenciação entre comportamento ético e não-ético. Mas a utilidade dêsse consenso para o futuro é reduzida; sem princípios gerais é difícil encontrar orientação para situações novas. De qualquer maneira não há referência, na versão de 1952, ou de 1959, das regras da "American Psychological Association", a problemas que surgem da manipulação do comportamento, da persuasão e da utilização de técnicas para a modificação de atitudes. Deve-se, portanto, começar-se do início ao se lidar com êste assunto. A experiência norte-americana não fornece orientação neste sentido.[2]

A ESPECIFICAÇÃO DE UM ATO ÉTICO

O problema não é nôvo. Sistemas religiosos e filosóficos e códigos legais têm enunciado premissas nas quais estão baseadas prescrições específicas para o comportamento. Essas premissas podem ser divididas em duas categorias gerais: sistemas apoiados na noção da lei natural (o que é certo é bom) e sistemas baseados numa avaliação da utilidade dos atos (o que conduz ao bom é certo).

A noção da lei natural significa que o ato èticamente justo é claro para todos os sêres humanos, mesmo que sòmente os não corrompidos apliquem os ditames da lei natural. A identificação do que é certo conduz inevitàvelmente a um enunciado de obrigações; *deve-se* fazer o que é certo. Pràticamente todos os sistemas religiosos envolvem algum conceito de revelação de princípios morais, quer através de algum intermediário, tal como Moisés ou Maomé, ou diretamente para cada membro do grupo como exemplificado pela luz interior dos Quakers. A obrigação de fazer o que é certo emerge não dos resultados de ações justas ou injustas, mas sim de sua justiça inata. Segundo Kant, é condenável mentir mesmo que a mentira resulte em benefício indubitável.

Em contraste, a posição utilitarista, que foi posta em sua forma mais clara pelos filósofos inglêses do século XIX, tais como Bentham e J. S. Mill, inverte a ordem, afirmando que qualquer ato

2) Herbert Kelman (1963) ao apresentar um trabalho numa das reuniões da APA em 30 de agôsto de 1963, vários dias antes do presetne trabalho ser apresentado, abordou os problemas éticos suscitados pelas técnicas para a modificação do comportamento, neles incluindo um debate sôbre modificações de atitudes.

de que resulte boas conseqüências será certo. As regras éticas surgem de uma análise puramente pragmática das conseqüências das escolhas.

A filosofia contemporânea pouco tem acrescentado a estas formulações. A escola dos positivistas lógicos, à qual a psicologia muito deve no desenvolvimento do seu método científico, foge da formulação do que os homens devem fazer, descrevendo as afirmações éticas como artifícios verbais persuasivos, geralmente usados pela sociedade visando ao reforço de suas normas sociais. Ainda existem muitos utilitários, sendo que Russell é um dêles. A escola existencialista geralmente adota uma posição reminiscente dos primeiros proponentes da lei natural.[3]

Existem argumentos válidos contra ambas as posições, e pode parecer ingenuidade comentar essas falhas. Muitos estudantes, em suas conjeturas ingênuas sôbre os problemas da metafísica e epistemologia, descobrem que uma consistência completa leva ao absurdo. Então, a procura de uma clareza epistemológica ou metafísica é ràpidamente abandonada. Mas a ética não pode ser abandonada. Uma sociedade pode funcionar na ausência de prova de que o universo realmente existe, ou de que o conhecimento e a verdade sejam previsíveis. Mas não pode funcionar sem uma base clara para a aplicação contínua de princípios éticos a um ambiente que se transforma. Isso é uma necessidade premente e inevitável. Infelizmente, como êste trabalho tentará demonstrar, nem o conceito da lei natural, nem o da utilidade, constitui uma base adequada para um sistema ético. A solução eclética de combinar os dois também não será satisfatória, porquanto suas premissas se apresentarão, por vêzes, contraditórias.

Um exame do conceito da lei natural. À primeira vista, a idéia de princípios éticos universais parece desagradar ao psicólogo de orientação científica. É concebível que todos os sêres humanos possam fazer certos tipos de escolhas éticas como parte do repertório de respostas que constituam o comportamento constante da espécie. Afinal de contas, todos nós falamos, vivemos em organizações sociais e utilizamos instrumentos complexos. Porque não admitir, então, que

3) O autor não consultou obras originais sôbre Ética. O artigo sôbre Ética na 11.ª edição da Enciclopédia Britânica forneceu um sumário útil das posições clássicas. Pràticamente todo o filósofo de valor tem examinado os problemas éticos.

é humano reconhecer certos atos como intrìnsecamente certos, e aceitar certas obrigações como boas, por si mesmas? Poder-se-ia admitir, assim como para todos os demais tipos de comportamento constantes da espécie, que os estímulos que funcionam como discriminadores são aprendidos. A universalidade do comportamento pode manter-se.

O problema, assim como em tôdas as discussões sôbre o comportamento constante da espécie, é que critérios tais como universalidade, dependência da estrutura biológica, desenvolvimento mesmo sem treinamento específico, relevância de graus de comportamento ao longo das séries filogenéticas, são difíceis, senão impossíveis de objetivar. É evidente que todos os homens falam, mesmo que seus idiomas sejam diferentes. Provàvelmente todos os homens têm a noção da obrigação ética. Mesmo assim, desconheço uma demonstração de unidade básica entre os diferentes sistemas éticos de diferentes grupos de pessoas. O problema não é defender a *idéia* do que seja certo, como universal. É encontrar um grupo de regras sôbre *o que* seja certo. Se a especificação do que seja "direito" é peculiar a cada cultura, se princípios básicos não podem ser universalmente demonstrados, então o conceito de uma lei ética universal não tem valor como guia. Cada grupo humano pode achar que suas crenças sôbre o que seja certo constitua a verdade. Mas essas crenças, assim como tôdas as outras crenças, relacionam-se com a cultura. A tentação de se provar uma crença sôbre o que seja direito pela aplicação do teste da utilidade é muito forte. Afinal de contas, se mentir é moralmente injustificável porque o ato de mentir é prejudicial, não é também a noção do prejudicial baseada na utilidade? Não se pode aplicar um teste empírico para demonstrar as conseqüências más da mentira? E isso não significará que o que importa são as conseqüências, e que uma mentira que produza bons resultados não seja moral? A incompatibilidade entre padrões absolutos e utilitários é evidente. E a pressão para aceitar-se uma posição utilitária é quase impossível de resistir. Ainda assim é difícil desprezar os padrões éticos absolutos. Mentir, roubar e explorar os outros *é* repugnante para a maioria dos homens civilizados, mesmo que atos específicos de mentira, roubo ou aproveitamento sejam justificados por uma "utilidade" elevada. Esta rejeição da justificativa dos meios pelos fins pode ser irracional, mas persiste mesmo nos homens mais racionais em nossa cultura. Por si, essa rejeição é um fato sôbre o comportamento modal em nossa socie-

dade, mesmo que nossos "universais" específicos constituam uma base precária para um sistema ético.

Hannah Arendt (1963) ao analisar o papel de Eichmann na exterminação pelos nazistas de povos "inferiores", demonstrou muito bem as conseqüências da falha de resistir afirmações de obrigação moral, culturalmente definidas. Sua frase "a banalidade do mal" exprime bem o fenômeno; descreve o triunfo de valôres utilitários sôbre os universais. O paradoxo é claro. Não há uma base sólida para se estabelecer universais, mas a lembrança da monstruosidade inerente na aceitação por "bons" alemães da ética nazista prova a necessidade premente de um sistema de universais éticos.

O conceito de utilidade — Pode haver uma solução para êste paradoxo. Se pudesse ser estabelecida uma base empírica adequada para a definição utilidade, poderia ser possível evitar-se a necessidade de se buscar apoio na incerteza da intuição como base para a ética. Poder-se-ia testar os sistemas éticos, apresentados por cada sociedade, segundo critérios públicos, verificáveis e reproduzíveis, como o cientista utiliza para testar suas hipóteses. Para que isso pudesse ser feito, seria necessário uma definição geralmente aceitável dos critérios de utilidade; se o que é bom é certo, então o que é bom em cada ato deveria ser especificável.

A diferenciação entre bom e prejudicial parece mais fácil que entre certo e errado. No entanto, não é. Os utilitaristas inglêses tentaram especificar o que é bom, mas conseguiram apenas tornar o dilema mais agudo.[4] Em primeiro lugar, equacionaram o bem com a felicidade, uma vez, que esta última parecia, mesmo nos dias pré-condutistas mais objetiva. Mas, evidentemente, a felicidade imediata pode conduzir à miséria futura. Além disso, o que é bom para um pode ser prejudicial para outro. A noção de utilidade foi então modificada para incluir apenas felicidade a longo prazo e foi baseada na idéia abstrata da soma total da felicidade na sociedade. O ato ético, portanto, seria aquêle cujo eventual resultado resultaria em aumento da soma total da felicidade de tôda a humanidade. Utilizando tais critérios seria fácil justificar a pena de morte, ou a destruição em

4) Hobbs (1959) escreveu um análise penetrante dêste dilema. Seu trabalho também explora o problema da liberdade de escolha e a possível utilização de métodos científicos para estabelecer princípios éticos.

massa de inocentes, numa guerra, em vista de finalidades éticas elevadas. As cinzas de Hiroshima testemunham êsse tipo de pensamento.

Não deveríamos rejeitar superficialmente êsse ponto de vista; ao refrear indivíduos ou grupos que constituem um perigo à "felicidade comum", qualquer sociedade pode exigir o sacrifício de muitos que não estejam envolvidos no caso concreto. O verdadeiro problema com esta base para a decisão ética não está nesses sacrifícios. A dificuldade está na especificação da felicidade. Não existem referências condutistas simples para o têrmo. Uma psicologia que não tem podido apresentar uma definição para "refôrço", que não seja nem circular nem estatística, não está certamente preparada para definir a felicidade. Se o têrmo não pode ser definido precisamente, então o padrão utilitário para atos éticos é completamente inoperante.

Exame do paradoxo. Dois critérios para o comportamento ético nas relações interpessoais tem sido freqüentemente propostos. O primeiro é o do valor primário para a sociedade da "auto-atualização" entre os seus membros. O outro é uma preferência ética por reforços positivos em vez de negativos na socialização das crianças ou nas aplicações de sanções contra adultos transviados.

Nenhum dêsses critérios se adapta a um teste elementar de utilidade. Sòmente alguém que ingênuamente rejeite a possibilidade do mal permitiria a todos os homens realizarem as implicações de suas personalidades; poucos apoiariam o valor ético de auto-estima num guarda de campo de concentração. A utilização de uma recompensa qualquer pode parecer intrìnsecamente mais ética que o castigo como meio de socializar indivíduos. Mesmo assim, as recompensas com efeitos imediatos podem ter conseqüências remotas muito maléficas; doces arruinam os dentes de qualquer criança em crescimento. Sua utilização como recompensa pode estabelecer nalgumas crianças a base para uma obesidade neurótica. Portanto, nem tôdas as recompensas serão boas, por si mesmas. Além disso, há possibilidade de que a ausência completa de estímulos adversos na infância possam levar a pouca habilidade para lidar com as frustrações que são concomitantes inevitáveis da vida adulta.

A maioria dos proponentes do valor ético da auto-estima ou recompensa continuam a defender êsses conceitos apesar de não

poderem preencher o padrão de utilidade. Para êsses homens, seus valôres são derivados de valôres universais. Não se pode argumentar contra isso exceto observar novamente a dificuldade de diferenciar os costumes de cada sociedade dos verdadeiros universais, se é que realmente êles existam.

Uma solução provisória: Alguma base de trabalho para o desenvolvimento de princípios éticos deve ser encontrada, por necessária, apesar da evidente insuficiência tanto da noção de utilidade como de qualquer forma de fixar leis éticas universais. O melhor que se pode fazer é aceitar os principais imperativos de nossa própria sociedade, não como refletido nas concessões da prática, mas no consenso de seus cidadãos mais respeitáveis.[5] Esta tese é proposta com pleno conhecimento da possibilidade de que, numa sociedade enfêrma (especificada intuitivamente) o consenso de cidadãos respeitáveis possa conduzir a males incalculáveis. Portanto, deve-se reclamar um teste empírico, bem apurado, para avaliar se um fato qualquer conduzirá a um bem futuro, apesar da possibilidade da infelicidade imediata; ou se êle levará a um aumento de benefício para tôda a sociedade apesar da possibilidade da perda de felicidade para alguns indivíduos. Os imperativos continuam como estrutura de referência. Deve-se estar preparado para situações paradoxais em que haja uma incompatibilidade profunda entre padrões utilitários e as afirmações simples dos ideais de nossa sociedade, acêrca de leis éticas universais.

Princípios éticos aplicados a manipulação de atitudes. O problema imediato é a definição de um grupo de regras éticas para a manipulação de atitudes por meio de mensagens persuasivas. O ato de persuasão em si próprio não é considerado imoral segundo qualquer padrão conhecido. O problema é a identificação dos *meios* de persuasão que sejam morais ou amorais.

A utilização do método indutivo que deu margem ao padrão da "American Psychological Association" resultaria provàvelmente em relatórios de incidentes em tôrno de frases tais como "modificou as atitudes contra a vontade do *propositus*" ou "sem o *propositus*

5) A descrição de Bronowski (1956) sôbre a maneira pela qual o consenso surge numa comunidade cientificada sôbre a base ética para decisões por cientistas é uma ilustração clara dêste sistema.

saber que está sendo persuadido". O elemento comum é a restrição da liberdade de escolha e a opinião geral pode muito bem ser que a *compulsão* seja amoral.

Um padrão de ética fundado na idéia de que a restrição de escolha entre sêres humanos é amoral em si própria exigiria que qualquer forma de compulsão fôsse proscrita. Kelman (1963) advoga entusiàsticamente êsse ponto de vista. Contudo, mesmo para Kelman, a necessidade de algum grau de compulsão na socialização e manutenção da ordem numa sociedade torna-se evidente. Êle, como muitos outros, justificam a compulsão em têrmos de utilidade. Quando é introduzido o padrão utilitário, uma boa base de trabalho para o desenvolvimento de um padrão ético torna-se: "Um ato persuasivo seria amoral se compelir a pessoa persuadida a um comportamento cujo resultado seja um malefício futuro para si e para outrem."

Existem, portanto, duas posições. Uma considera a compulsão como um mal em si mesmo, e a outra aplica o padrão de utilidade na avaliação ética da compulsão. O problema da definição do "mal" é "futuro", tornando-se então empírico.

Sem prejudicar a escolha eventual de uma ou outra dessas posições, deve-se examinar a questão dos elementos da compulsão. Uma definição satisfatória de compulsão não deveria ser uma tarefa impossível; afinal de contas na última década, tem-se presenciado a tentativa de definição em têrmos condutistas da palavra "significado". Seria surpreendente se a noção de "liberdade de escolha" e a de seu contrário, provassem mais resistentes à definições que a de "significado". O problema deve ser solucionado porque, presumìvelmente, as técnicas especiais dos psicólogos para a manipulação de atitudes mais levantam questões sôbre o critério de compulsão que mesmo do mal. As regras éticas que proíbem fazer mal aos outros serão perfeitamente compreendidas mesmo se raramente se reconheça a extensão do mal. Há a possibilidade de que nossa ciência conduza a uma tecnologia para a *compulsão* que crie exigências sôbre regras éticas.

Para especificar "restrição de liberdade" será necessário examinar os conceitos de vontade ou intenção; a restrição da liberdade envolve mais que uma mera diminuição do número de opções que a uma pessoa se ofereçam. Significará que a capacidade de uma

pessoa em poder escolher é em si mesma, limitada. Se o problema fôr colocado nesses têrmos, pode-se evitar outra armadilha filosófica, ou seja, o argumento sôbre determinismo e liberdade da vontade.

O trabalho citado de Brehm e Cohen, (1962), sôbre o efeito do sentimento do *propositus,* ao ser coagido, representa um comêço no estudo do fenômeno da compulsão. Brehm e Cohen verificaram que pessoas que sentem que controlam seu próprio destino mostram-se mais contraditórias que aquêles que assim não sintam, e, portanto, revelam maiores esforços para controlar tal dissonância. Essa verificação sugere que um sentimento superficial de liberdade em face de uma manipulação real de sugestões aumenta os efeitos de manipulação.

No presente trabalho não estamos preocupados com o problema da responsabilidade moral da pessoa persuadida. Uma conseqüência da posição existencialista é que os sêres humanos são sempre moralmente responsáveis por seus atos, mesmo quando a pressão do ambiente seja demasiada. Empìricamente, entretanto, pode-se reconhecer a diferença entre situações onde um homem tome muitas escolhas tôdas fáceis de serem seguidas, e aquelas em que haja restrição de escolha. É o *status* ético do persuasor, quando crie a última situação, que interessa a êste estado.

O restante dêle será dedicado a pesquisar os elementos da compulsão. O modêlo a ser usado para a análise da manipulação de atitudes é o desenvolvido por Hovland e seus colaboradores (1953). Segundo êste modêlo, o prôcesso de persuasão pode ser estudado pelo exame de variáveis que ocorram na natureza do estímulo de uma mensagem persuasora, na pessoa ou pessoas que recebam a mensagem, e na própria mensagem.

Problemas na natureza do estímulo: É possível que técnicas possam ser desenvolvidas que tornem difícil, senão impossível, para uma pessoa ou grupo resistir a qualquer mensagem persuasiva que emane de uma determinada fonte. No momento, isto parece pouco viável. O que parece provável é que os fatôres na natureza da fonte, o que a façam mais eficiente, possam ser compreendidos de modo que alguém possa manipular "imagens" com efeitos previsíveis. Uma limitação de tal manipulação é a de possibilidade de efeitos de sono nos quais as modificações a longo prazo devidas a um estímulo

que seja bem conhecido, possam ser menores que as modificações devidas a um estímulo menos conhecido. É claro que uso calculado de efeitos de sono é concebível e certamente se adaptaria à descrição de "*propositus* persuadido sem seu conhecimento". Entretanto, a pequena extensão dos efeitos de sono, e sua rápida reversibilidade, tornam isso um perigo remoto.

De modo geral, é provável que regras éticas especiais não sejam necessárias para interditar a falsa representação das qualificações de um estímulo. Pessoas ou grupos continuarão a serem levadas por estímulos que são inadequados, segundo critérios racionais. Atualmente, a manipulação de certas fontes, na aparência ao menos, assemelha-se mais a uma arte que a uma tecnologia. Se os psicólogos chegarem a aprender a fazer isso de uma forma previsível, então as conseqüências éticas terão de ser enfrentadas.

Problemas na natureza das pessoas. Êstes surgem da interação da mensagem, ou entre estímulo e pessoas. As técnicas que suscitarem problemas éticos permitirão a escolha de mensagem ou a aparição de estímulos que poderão ser irresistíveis para um determinado grupo. Um exemplo seria a verificação, se fôsse estável, quando repetida, que mensagens parciais são eficazes com audiências com baixo grau de instrução e mensagens imparciais com audiências instruídas. Um conhecimento das necessidades de uma determinada audiência pode permitir a escolha de mensagens destinadas ao preenchimento de tais necessidades, sendo que a formação do comportamento que disso resulte pode ter o caráter de uma compulsão. Ainda uma vez, da mesma maneira que com a natureza dos estímulos, os dados não sugerem que nossos conhecimentos atuais sôbre a relação entre necessidades e o efeito de mensagens persuasivas estejam suficientemente adiantados para apresentar problemas éticos especiais.

Problemas na natureza da mensagem. Pessoas leigas geralmente acreditam que publicitários e os psicólogos que com êles colaboram têm o poder de redigir mensagens irresistíveis. Felizmente, não conheço nenhuma evidência que possa comprovar isso. Entretanto, é neste ponto que o perigo mais imediato de uma tecnologia de persuasão pode ser desenvolvida. Deve deixar-se claro que a inverdade, a verdade parcial, a distorção e a supressão da verdade não estão em jôgo.

Uma mensagem pode ser considerada como compelidora se agiu como um estímulo que produza um comportamento prèviamente aprendido. Um revólver, uma faca ou uma frase tal como "Pare, há uma cobra venenosa no caminho", são estímulos com alta probabilidade de serem seguidos pelas respostas desejadas pelo manipulador do revólver ou da faca ou por quem enuncie a frase.

A utilização dessas formas de compulsão não é desconhecida na história da humanidade; os psicólogos não têm uma contribuição especial a fazer quanto à sua utilização.

Entretanto, existem muitas formas de comunicação verbal que compelem de maneira mais sutil que uma faca, um revólver ou a menção de uma cobra. Por exemplo, se uma pessoa tem que completar a setença:

"O contrário de prêto é....."

As probabilidades são que a grande maioria das pessoas responderão "branco". Essa é a forma da "armadilha" na "aprendizagem programada" de Skinner. A abertura da sentença age como um estímulo que força quase opressivamente o sujeito a emitir a resposta desejada. Como técnica pedagógica é extremamente eficiente, uma vez que o sujeito aprenderá fàcilmente a associar uma resposta operante com um estímulo discriminativo, constituindo cadeias dessas relações e, portanto, tirando do estudo do "programa" um nôvo repertório de comportamentos.

O autor está atualmente utilizando êstes métodos de ensino programado num estudo de fatôres que determinam a modificação de atitudes no tocante ao fumo de cigarros. Nesse estudo, os programas são utilizados meramente para dar informação: equivalem à mensagem num modêlo baseado em Hovland. A instrução programada foi escolhida para apresentar a mensagem a fim de assegurar que as pessoas realmente aprendam a informação. Num estudo prévio, verificou-se não existir mudança consistente na atitude quanto ao fumo de cigarros produzida pela apresentação não programada de informação (Mausner e Platt, 1963).

Conclusões preliminares do referido estudo (Platt, 1964), indicam que os *propositus* estão seguindo e aprendendo mensagens apresentadas através de um ensino programado. Isso não constitui

surprêsa, uma vez que o programa assegura que os alunos decorem a própria mensagem. Há evidência que sob tais circunstâncias mudanças significativas de atitude se verificam. Essas mudanças perduram e resistem a argumentos contrários.

Êsse estudo apresenta um problema ético. Há um elemento de compulsão no forte efeito do argumento parcial. Ainda que o programa force o *propositus* a produzir afirmações com tonalidades emocionais, as implicações sôbre os fatos aprendidos pelo *propcsitus* são patentes.

A próxima etapa em tais estudos pode suscitar questões éticas ainda mais sérias. Estão sendo considerados programas que irão além de uma apresentação do fato. Manipulariam atitudes diretamente, forçando o *propositus* a emitir respostas com tonalidade emocional e avaliativa. Por exemplo:

1. "X não é bom. X é.....

2. "Desde que X é ..... não gostarei dêle.

   Não X

   Não ——————X porque êle é....."

Observe-se a natureza insidiosa do processo. Através de pequenas etapas, cada uma baseada em hábitos verbais fortemente reforçados do *propositus*, êste poderá ser levado a dizer o que o programador deseja. Existem algumas analogias com a experiência na qual Festinger e seus colaboradores forçam um *propositus* a falar de maneira que esteja em desacôrdo com suas crenças e examinem os efeitos de suas atitudes (Brehm e Cohen, 1962). Mas os recursos de ensino programado podem dar prova de serem muito mais poderosos que as compulsões bastante elementares usadas em tais experimentos.

Certo número de perguntas empíricas deverão ser respondidas antes que seja anunciado o aparecimento de uma nova tecnologia para a manipulação de atitudes. Em primeiro lugar, deve ser estabelecido que os *propositus* darão as respostas corretas em arcabouços nos quais o conteúdo seja de avaliação. Em seguida deve ser determinado que continuem a dar tais respostas verbais fora do arcabouço do programa; quando inquiridos se X é bom ou mau devem continuar a dizer que é mau. Finalmente, até que ponto essas res-

postas verbais se generalizam a outras formas de comportamento deve também ser determinado.

Festinger indicou recentemente (1963) que os dados até agora obtidos raramente mostram uma coerência entre mudanças de "atitudes" e mudanças de comportamento. A fim de explorar mais profundamente esta questão, o autor projeta fazer uma tentativa direta de persuadir fumantes a tomar a decisão de parar de fumar.

É grande a probabilidade de que a manipulação direta de atitudes verbalmente expressas e de outros comportamentos por meio de instrução programada seja possível. Se as técnicas programadas forem bem sucedidas, então os requisitos para uma tecnologia terão sido preenchidos; qualquer um poderá elaborar uma mensagem verdadeiramente compelidora observando apenas as regras simples de "programação".

Nesta altura os psicólogos terão que escolher a base para seus sistemas éticos. A adoção de um sistema baseado na noção que a compulsão é um mal em si próprio exigiria a proscrição de qualquer tecnologia que tornasse possível a compulsão; a analogia com o uso de armas é clara. Mesmo sob tal isenção ainda existiria a necessidade de continuar a pesquisa sôbre êsse tema. É remota a probabilidade que uma mensagem possa ser escrita e que produza um comportamento de maneira tão uniforme quanto um revólver. Portanto, queremos saber como ensinar as pessoas a resistir mesmo às mensagens altamente compelidoras apresentadas através da programação.

Poucos de nós aceitaríamos a rejeição pura e simples de todos os meios de compulsão. Muito estaria perdido; a possibilidade de eliminar o fanatismo é tão tentadora como amedrontador o perigo de que fanáticos possam utilizar de maneira errada as técnicas para a modificação de atitudes. Se não eliminarmos tôdas as utilizações da compulsão, tornar-se-á então necessário o padrão utilitário. Para a utilização dêsse padrão seria necessário não sòmente definir a compulsão, como se procurou fazer neste artigo, mas também especificar os objetivos para os quais seja justificada e as circunstâncias sob as quais possa ser utilizada. Deverá, então, surgir um sistema ético que possa ser apresentado à sociedade, colocando-se a par das regras éticas que regem as relações de outros profissionais, tais como médicos e advogados com seus clientes.

BIBLIOGRAFIA

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION — "Ethical standards of psychologists". Washington: APA, 1953.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION — "Ethical standards of psychologists". *Amer. Psychologist*, 1959, 14.279-282.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION — "Ethical standards of psychologists". *Amer. Psychologist*, 1963, 18, 56-60.

ARENDT, Hannah — *Eichmann in Jerusalem*. New York: Viking, 1963.

BREHM, J. W. e COHEN, A. R. — *Exploration in cognitive dissonance*. New York; John Wiley, 1962.

BRONOWSKI, J. — *Science and human values*. New York: Harper & Row, 1959.

FESTINGER, L. — "Behavioral support for opinion change". Presidential address, Div. 8, *Amer. Psychol. Asso.* 1963.

HOBBS, N. — "Science and ethical behavior". *Amer. Psychologist*, 1959, 14, 27-225.

HOLTZMAN, W. H. — "Some problems of defining ethical behavior". *Amer. Psychologist*, 1960, 15.247-250.

HOVLAND, C. I., JANIS, I. L. e KELLEY, H. H. — *Communication and persuasion*. New Haven: Yale Uni. Press, 1953.

KELMAN, H. C. — "Manipulation of human behavior: an ethical dilemma for the social scientist". Paper read at *Amer. Psychol. Asso.* Philadelphia, August, 1963.

KRASNER, L. — "Behavior control and social responsibility". *Amer. Psychologist*, 1962. 17, 199-204.

MAUSNER, B. L. e PLATT, Ellen S. — *Comparison of evidence and authority as factors in the changing of a salient attitude*. Paper read at EPA, Neffi York, April, 1963.

PLATT, Ellen S. — *A comparison of the effect of two programmedi messages on a salient attitude*. Paper read at EPA, Philadelphia, April, 1964.

WISKOFF, M. — Ethical standards and divided loyalties. *Amer. Psychologist*, 1960, 15, 656-660.